

JORNAL DO CASO *República*

3 DE JUNHO DE 1975 — N.º 3 — PREÇO: 2\$50

DIRECTOR: RAUL RÉGO — REDACTORES: ALBERTO ARONS DE CARVALHO/ALVARO GUERRA/ALVARO TAVARES/ANTÓNIA DE SOUSA/ARTUR ALPEDRINHA/BELARD DA FONSECA/CARLOS SOARES/REGO ESTEVES/HELENA MARQUES/JAIME GAMA/JOÃO GOMES/JORGE MORAIS/MANUEL ARONS DE CARVALHO/MANUEL GIRALDES/MARCELINO MESQUITA/NUNO COUTINHO/PAZ FERREIRA/PEDRO FOYOS/ROCHA VIEIRA/RUI CAMACHO/VASCO FERNANDES/VITOR DIREITO

A culpa não foi nossa senhor General

Ao regressar anteontem de Bruxelas, o sr. general Vasco Gonçalves referiu-se ao «caso República» e à ressonância criada em seu redor, não só na Europa, como em todo o Mundo, facto que, segundo disse, obrigara a delegação

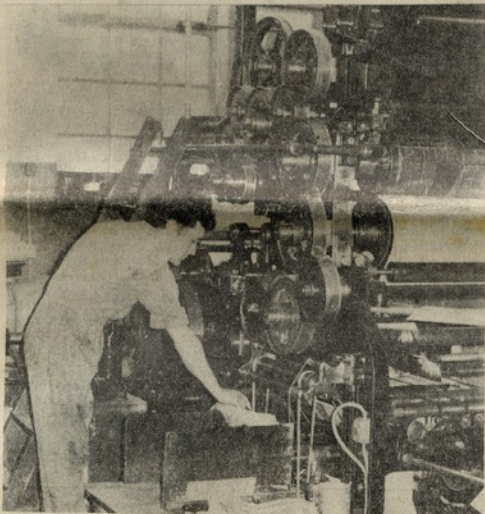
portuguesa, enquanto esteve na Bélgica, a esclarecimentos intensos sobre a situação em Portugal. O primeiro-ministro do Governo Provisório, a esse propósito, afirmou nomeadamente: «Se o caso «República» entre nós foi exagerado com fins a que viesse a ter repercussões no momento em que iamós à cimeira da N.A.T.O., e que daí viesse distorção dos

acontecimentos que se passam em Portugal, se assim se terá passado, esses objectivos foram conseguidos, porque nos tivemos de esforçar por explicar claramente aos nossos interlocutores e a toda a gente, numa conferência de Imprensa e aos nossos emigrantes, que as liberdades não estão em perigo em Portugal».

Contrista-nos, sinceramente,

te, que a delegação portuguesa à cimeira da N.A.T.O. tenha sido obrigada a um esforço suplementar por causa da «República», mas é preciso salientar que não estava na nossa mão impedi-lo, como não esteve na nossa mão provocá-lo. A culpa não

(Conclui na pág. 6)



PEÇA DE MUSEU — Chegada a Portugal em princípios do século, esta rotativa é utilizada na «Gazeta do Sul» há 27 anos. Nunca como agora foi obrigada a tanto esforço: em cerca de 14 horas «tirou» 100 000 exemplares do «Jornal do Caso República». Para uma autêntica peça de museu não está nada mal...

OS TRABALHADORES querem trabalhar

— decisão reforçada pelos gráficos que estão a fazer este jornal

Não restam dúvidas. Está posta de parte, definitivamente, a ideia, arditosamente posta a correr, de que o «caso República» se devia a um conflito de trabalho. O problema é demasiado claro para que alguém acredite no argumento capcioso.

Ninguém, nenhum verdadeiro trabalhador acredita nele.

Por isso mesmo, os nossos camaradas gráficos da Tipografia Silvas, Lda., onde foi impresso o primeiro número do «Jornal do Caso República», colocaram-se inteiramente ao lado dos trabalhadores jornalistas que, neste momento, lutam pela liberdade de expressão em Portugal. Já na quinta-feira, em plena actividade de impressão, quando procurados pelos «trabalhadores» de «República», os nossos camaradas exprimiram inequivocamente a sua solidariedade para conosco, repudiando todas as manobras de quem queria boicotar a saída do nosso primeiro jornal. Mas foram mais longe os gráficos da Tipografia Silvas, Lda. — ontem, segunda-feira, com a presença de todos os componen-

tes do quadro das oficinas, reuniram-se em plenário e ratificaram a sua decisão. Entre cerca de três dezenas de trabalhadores, em votação secreta, apenas dois manifestaram a sua discordância.

Por seu turno, os trabalhadores da Empresa de Publicidade do Sul também ontem se reuniram em plenário, para reforçar a sua decisão de compor e imprimir o «Jornal do Caso República», que ali está a ser feito desde o segundo número. Depois de ter sido exposto e discutido o problema, procedeu-se a votação, registando-se apenas uma abstenção entre as quatro dezenas de votos favoráveis à decisão de continuar a trabalhar.

Em conclusão: os subterfúgios, os argumentos capciosos, as afirmações demagógicas já não coíhem. Os trabalhadores portugueses sabem muito bem o que querem — e, antes do mais, querem efectivamente trabalhar, pois sabem que se assim não for será impossível a reconstrução do Portugal livre por todos desejada.

O «Jornal do Caso República» bate recordes de tiragem

O nosso jornal tem confirmado a adesão popular que a «equipa Belo Marques» contesta permanentemente, ignorando as realidades mais palpáveis.

Assim, o «Jornal do Caso República» é actualmente o jornal de maior tiragem — 100 000 exemplares, no 2.º número —, não se registando quaisquer sobras.

Serão Belo Marques e seus ajudantes capazes de explicar este fenómeno, eles para quem o «marketing» não tem segredos?



A BATALHA DA INFORMAÇÃO

por Raul Rego

Desde sempre «República» se empenhou naquilo que o Primeiro Ministro ao regressar de Bruxelas classificou da «batalha da informação». Quanto seja calar a voz humana, açaimar movimentos, homens e partidos é querer o silêncio cúmplice das piores tiranias e capa de crimes sem nome como tantos e tantos que passaram impunes nos anos terríveis da ditadura. Não é por acaso que todos os regimes totalitários comecem por impor a censura à imprensa, ou guardando-a ferozmente ou manipulando-a. Um e outro processos são modelos de «desinformação», instrumentos essenciais à dominação prepotente de um homem ou de um

(Conclui na pág. 4)

O apoio que recebemos de todo o país dá-nos ânimo para prosseguir na luta

Continuam a chegar-nos apoios, por todas as formas e de toda a parte. Eles trazem um tipo de realidade que anula completamente qualquer ideia de que a luta pela liberdade de expressão é uma luta nossa. Não é. Nunca o foi. É, afinal, uma luta de muitos. Muitos que, como nós, pretendem pensar livremente e livremente se expressarem. Milhares de mensagens vêm enriquecer o mais significativo arquivo que neste momento podemos organizar. Vêm do Norte. Do Sul. E de toda a parte entre Trás-os-Montes e o Algarve. São mensagens de incitamento. De repulsa pelo assalto de que foi vítima o jornal que maior resistência opôs ao fascismo, que mais lutou em prol das liberdades prometidas com o «25 de Abril». São mensagens em relação às quais, depois de dizer «obrigado!», fica ainda tudo por dizer.

De Vila do Conde: «Grupo de trabalhadores S.E.P.S.A. Leça Balio protestam contra ocupação jornal República baluarte antifascista viva informação livre».

Do Porto: «Grupo de trabalhadores UTIC Porto repudiam actos repressivos verificadas jornal República. Exigem medidas energias para garantia das liberdades fundamentais».

De Sernacelhe: «Assinante nosso Jornal manifesto inteiro apoio luta «República» continue orgulho todos nós. a) Fernando Lopes Trancoso».

De Lisboa, dirigido a Raul Rego e a todo o corpo redactorial: «Peculiar encarceramento que procedam a luta para uma imprensa livre. Contribuo dentro das minhas posses movido pelo desejo de voltar a ler a «República» livre de manipulações. Um abraço de solidariedade. a) Luís F. P. Fontes».

Do Porto: «Leitor «República» protesta energeticamente e repudia a atitude prepotente assumida perante director jornal Raul Rego. Pedem-se medidas urgentes no sentido de dignificar o órgão independente Informação. a) Luís Magalhães Calheiros».

De Évora, dirigido a João Gomes: «Reciba abraço solidariedade. Estou luta bem Portugal. a) Alves Gomes».

De Fafe: «Manifestamos nossa solidariedade director e director adjunto República jornal independente defensor interesse povo, desejando neste dia aniversário muitas prosperidades. Saudações revolucionárias. a) Isaura Lustana Pinto Bastos».

De Campanhã: «Grupo trabalhadores Hospital Santo António protestam contra ocupação jornal República e sequestro Raul Rego e Vítor Direito».

De Lisboa em carta dirigida a Raul Rego: «Todas as causas têm os seus heróis e Você e os seus Redactores são os valentes da primeira linha da grande batalha pela liberdade de informação que hoje se trava neste País. a) António de Azevedo Almeida».

De trabalhadores da I.T.T. Semi-condutores, assinado por 288 amigos e leitores do Jornal República: «Os abaixo assinados apoiam inteiramente a Redacção e Administração da «República» na sua justa luta contra a tentativa de calar aquele que sempre foi um órgão livre e independente ao serviço das massas trabalhadoras».

Do Porto: «Grupo trabalhadores B.E.S.C.L. Porto leitores jornal «República» manifestam solidariedade Direcção desse jornal repudiando energeticamente selvagem atitude sequestro drs. Raul Rego e Vítor Direito e ocupação instalação Jornal».

De Viana da Castelo, em dois telegramas dirigidos, respectivamente, a Direcção e à Redacção do «República»: «Vosso leitor longa data solidário convosco. Repudia total violência sobre vós. a) Armando Gomes».

Do Porto, em telegrama dirigido ao conselho de Redacção: «Lectora assidua República afirma alta consideração Raul Rego repudia manobras minorias oportunistas exige que se não cale uma das raras vozes isentas

na Imprensa portuguesa. a) Emília de Melo».

De Lisboa, em longa carta dirigida a Raul Rego: «Na pessoa de V. Ex.ª permita-me que apresente os mais elevados sentimentos de solidariedade a todos os elementos da Administração, Redacção e, muito especialmente, a todos aqueles grandes lutadores anti-

«Condenamos o golpe que acaba de ser desferido sobre o diário português «República», que põe em causa as liberdades operárias e democráticas que os trabalhadores conquistaram depois de 25 de Abril, e exigimos o levantamento da interdição» — afirma num telegrama de apoio à nossa luta, a secção de Versailles e Ville d'Avray da Confederação Geral dos Trabalhadores de França — CGT.

Este é um dos muitos telegramas enviados da capital e de várias cidades francesas, a propósito dos incidentes na «República».

Textos de outros telegramas recebidos na nossa redacção: «14 trabalhadores de Bellevue defensores das liberdades democráticas denunciamos a violação da liberdade de Imprensa que representa o sequestro do diário socialista português «República» e exigimos levantamento imediato dessa medida. a) Centro Nacional da Pesquisa Científica; «O Comité de Acção União Nacional dos Estudantes de França (Nanterre) protesta contra sequestro «República»; exige sua reabertura»; «Levantamento imediato sequestro jornal socialista «República», exigimos respeito pelas liberdades operárias democráticas. a) secção de Vie da CGT».

Ultrapassa a centena o número de telegramas recebidos de França. Tornar-se-ia fastidioso transcrever todos os textos; passamos a citar somente as origens:

Estudantes de Economia ELO: investigadores do Instituto de Patologia Molecular de Paris; professores do Colégio Matisse; células do Partido Comunista, Partido Socialista e secções da CGT das «Cassas de Retraite do Batiment»; professores da CGT e da Force Ouvrière do Liceu Técnico de Toulouse; professores do Colégio de Panoyau; Federação da Educação Nacional de Val de Marne; célula da O.C.I.; secções do PS de Paris e região parisiense; 11 estagiários da Escola Nacional de Administração; secção da CGT da Escola Nacional Handicaps; professores do Colégio Romano Rolland de Bagneux; secção Force Ouvrière dos empregados dos Correios; professores do Colégio Ledoux de Plessis Robinson; Comité unitário Equipamento de Cergy; 13.ª secção oeste de Paris do PSF; professores do Colégio Gerard Philippe — Massy; professores do Colégio Painleve — Massy; Comité Unitário de Base de Professores — Nanterre; Trabalhadores da Central Telefónica de Paris; alunos-enfermeiros de Corentin Celton; artistas plásticos da O.C.I.;

fascistas deste País, que sempre, tal como agora, lutam por uma Imprensa livre e pelo Socialismo, que V. e a Redacção do jornal República não soberam encarnar e que, no meu novo JORNAL DO CASO REPUBLICA, espero continue defendendo» a) António Migueis Gonçalves Cachadinha.

De Esposende: «Assinante República perto 30 anos velho democrata membro vitalício oposição conselho de Esposende apoia velho lutador antifascista Raul Rego. Direcção jornal República garante liberdade deste jornal, símbolo da liberdade de Imprensa e de um Povo por um Portugal livre. a) Ernestino Miranda».

De Macau (onde terá chegado a notícia de que «República» teria retomado a publicação) dirigido a Raul Rego: «Regozijo-me reabertura jornal sob sua direcção. Abraço. a) Mário Isaac».

De um grupo de leitores: «Os abaixo assinados, leitores da República, solidarizam-se com Raul Rego e demais elementos da Direcção e corpo redactorial da República e repudiam todas as manobras tendentes a calar uma voz antifascista de sempre». (Seguem-se 86 assinaturas).

De Setúbal, dirigido a Gustavo Soromenho: «Camarada: Leitor da «nossa» República há já perto de 20 anos, não poderia ficar indiferente ao apelo, juntando por isso a minha modesta contribuição e dando todo o meu apoio à luta por uma informação livre e séria para a construção do Portugal democrático e socialista que desejamos». a) «Um leitor da República».

De um leitor: «Aqui lhe envio a minha modesta contribuição, para que a luta por uma informação livre e independente não esmoreça. Além do mais, pretendemos saber o que se

irá passar dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Temos a certeza que a imprensa que «defende» as «amplas liberdades» tentando sabotar tudo e calar todos. Pelo menos uma vez terá de haver para desmascarar momento a momento todo o tenebroso plano que se vem urdindo. Para a frente, Raul Rego!»

Do Porto: «Como jornalista e democrata que sempre lutou liberdade Imprensa estou solidário camaradas República e seu director. a) Emílio Loubet».

De Lisboa: «Obrigado dr. Raul Rego e Direcção e Redacção República pela firmeza vossa e nossa luta pela liberdade de informação. a) Virgínia Ricardo, empregada doméstica».

Ainda de Lisboa: «Total apoio dr. Raul Rego e toda Direcção e Redacção Jornal República, verdadeiros defensores espírito Programa M.F.A. a) Vítor Ferreira».

Chegam-nos de França centenas de telegramas de apoio à nossa causa

Thomson-C.S.F., de Genevilliers; 121 professores, empregados e alunos do Liceu de St. Jean de Maurienne, secção suadji; C.G.T., de Cote D'Or; investigadores CGT, SNP, Feu du Curs, Montpellier; professores do Liceu Mounier, Grenoble; professores do Colégio Técnico, Roquette; professores do Liceu Van Gogh, Ermont; professores do Liceu Simone Weil — Paris; 110 alunos do Liceu Saint-Charles, Marseille; trabalhadores do sindicato CGT dos transportes, Lesage; trabalhadores da agência de arquitectura Anchaill, Paris; trabalhadores da Sociedade Siffe, Asniers; secção PS de Taverny; 19 professores grupo Sulfalo — Outrouge; 33 trabalhadores de foto-síntese CMTS — Giv-Sur-Yvette; 28 empregados Epad — Paris; trabalhadores CGT franceses de transportes — Saint Denis; trabalhadores de crianças inadaptadas, Moulins; 6 professores do Liceu Ef

dantes universitários — Grenoble; 28 membros CNAL — Puy de Dome; 50 alunos do Liceu Turgot — Paris; empregados de Paris da federação da educação nacional; 130 professores de arquitectura — Paris; 10 estudantes de belas artes — Paris; professores e pessoal do Liceu D. Rochereau — Saint Maixent; empregados da secção CGT-FSM da empresa Socca — R. Malmaison; 44 trabalhadores do Laboratório de física — Orsay; 80 estudantes e professores da faculdade de S. Charles — Marseille; professores do Colégio de Pontoise; 34 trabalhadores do Laboratório Aime Cotton — Orsay; pessoal do Liceu Carriat — Bourg en Bresse; 19 ferroviários de Rouen; professores, pessoal e alunos do Liceu E. Gallois — Sartrouville; 35 alunos do Liceu Fr. Villou — Paris; 43 funcionários da caixa de abono de família de Paris; empregados da Sofresid — Montreuil; professores,

Estudantes, professores, operários, artistas e médicos entre os signatários da mensagem de solidariedade.

— Moulins; 5 professores do ensino secundário, Moulins; 60 alunos e professores de Saintéenne; 70 alunos da Liceu Victor-Hugo — Paris; 53 empregados dos Correios — Paris; 33 professores do Liceu clássico de Argenteuil; trabalhadores da comissão executiva dos serviços de rádio — Paris; 13 professores do Colégio Carnot — Argenteuil; empregados da direcção de equipamento de Savoie; estudantes do Centro Universitário de Savoie; empregados e quadros da caixa primária secundária social — Paris; empregados das empresas SBF — Courbevoie; pessoal do Liceu Louis -le-Grand — Paris; 90 estudantes de Marselha — Luminy; ferroviários de Sotteville; secção CGT du bray-lvry; trabalhadores do sindicato parisiense da banca; 7 professores de Goussainville; 40 professores do Liceu e colégio de Sarcelles; empregados administrativos dos caminhos de ferro — Paris; 28 jovens trabalhadores de Aulnay; 25 jovens avós de Paris; 15 agentes EDF — Lyon; empregados de escritório do sindicato para a segurança da doença — Dijon; 70 alunos do Liceu de Epinay; 33 trabalhadores portugueses; 48 funcionários do Colégio J. Verne — Mureaux; 150 estu-

investigadores e agentes universitários de Dijon; professores e trabalhadores do Centro Roussel — Montesson; 30 professores de Bezons; 32 professores do Colégio de Garges; 20 trabalhadores da S.A.T. — Paris; 19 professores G.S. Maurice Alice — Cannes 21 professores do Liceu Wallou — Aubervilliers; 7 professores de Fontaine clouche — Dijon; 25 funcionários do Liceu J. D'Arc — Rouen; 14 professores de Bourglastic; Grupo de estudantes de Rouen; 40 alunos do Liceu B. Pascal — Bruyeres; 30 professores da Cote D'Or; professores e alunos da S.M.E.S. e S.N.A.U. do C.I.O. — Aubervilliers; 18 professores do Colégio Livry Gargen; 14 professores do Colégio Rameau — Dijon; 7 professores da escola Romain Rolland — Argenteuil; 9 professores de Viqueux; 20 professores universitários de Toulouse; 16 trabalhadores S.F.I.M. de Verrieres-le-Buisson; 150 universitários de Nice; 60 professores de Saint-Etienne; 25 estudantes de St. Etienne; 60 médicos de Paris; 25 professores de Dijon; Jovens trabalhadores de Asniers; 45 professores do ensino secundário de Asniers; grupo de estudantes de Mans; grupo de engenheiros e desenhadores de Paris.

Gráficos da Imprensa Nacional no Conselho de Ministros?

(Ou mais um passo na escalada do absurdo)

Um dos gráficos da «República» declarava frequentemente que estava farto de ser «a mão que executa». Cremos ser essa a posição de alguns dos seus camaradas. O que é, de resto, e a priori, uma posição respeitável. Simplesmente, e num contexto de eficácia e de definição e responsabilização de tarefas, parece-nos que essa posição nos levará, em ritmo acelerado, para uma escalada em direcção ao absurdo.

E vejamos:

— Irão os gráficos da Imprensa Nacional passar a participar nos Conselhos de Ministros para poderem discutir as leis que irão constituir sua matéria de trabalho na composição do «Diário do Governo»?

— Será permitido à secretária do sr. Primeiro Ministro recusar-se a dactilografar as cartas de cujo conteúdo discorda?

— Os operadores dos C.T.T. poderão negar-se a enviar os telegramas que lhes desagradam?

— Os telegrafistas das agências noticiosas poderão censurar os textos que não coincidam com as suas opções ou opiniões?

Isto, que ficou escrito, não é uma tentativa de humor. É a previsão do que pode acontecer, a muito curto prazo, se as tarefas que cabem a cada um de nós, na construção duma sociedade nova, não forem cumpridas sem atropelos ridículos. Não estamos perante qualquer problema de hierarquias de trabalho; não é disso que, obviamente, se trata. O que está em causa, é uma divisão racional de tarefas, uma definição de funções — e o seu cumprimento.

Ser «a mão que executa» é uma tarefa tão fundamental como qualquer outra — como ser a mão que escreve ou a mão que desenha ou a mão que acciona a máquina de imprimir. Todas são, afinal, «mãos que executam», em sectores específicos de actividade.

UM INSULTO AO POVO E TRAIÇÃO À BANDEIRA

«Insulto aos portugueses — Traição à bandeira nacional» é o título de um comunicado de secções do P.S. de algumas freguesias da zona de Lisboa no qual se comenta o modo como as «autoridades» da Câmara de Setúbal ali receberam a soviética Valentina Terechkova, a mulher astronauta.

Valentina deslucou-se à cidade do Sado a convite do M.D.M.P. e de algumas organizações políticas. Em dado momento, acentua-se no comunicado, «insultando o povo, naquilo que lhe é mais sagrado, políticos inconscientes hesteram no ponto mais alto do edifício da Câmara Municipal de Setúbal a bandeira da U.R.S.S.»

O comunicado prossegue: «Muito abaixo, no terraço, envergonhadas da sua condição de vassalagem, as bandeiras da cidade e da Nação. Há premeditação no acto. Vimos indignação e revolta no rosto dos setubalenses, conscientes da sua condição de portugueses. Vimos lágrimas nos olhos do Povo! O Povo perguntava e pergunta: — Que raio de comissão administrativa tem a Câmara Municipal, e quem é que a lá pôs?»

E, mais adiante: «O povo de Setúbal não quer a bandeira nacional aos pés de nenhuma outra, seja ela qual for.»

Entretanto, o P.S. revela também que «um dos elementos da comissão administrativa da Câmara Municipal se perfilou quando do hino russo e só se levantou à «Portuguesa» quando muitos dos populares lhe pediram explicações».

O comunicado termina: «Não queremos nem americanos nem russos — Abaixo todas as ditaduras do Mundo!»

PROTESTO APRESENTADO AO CONSELHO DA REVOLUÇÃO

Entretanto, fomos informados de que a secção de Setúbal do Partido Socialista será recebida amanhã, às 9 horas, pelo Governador Civil, com vista à clarificação do assunto. Pela mesma secção foi enviado ao Conselho Superior da Revolução um telegrama de protesto pelo sucedido.

ALGUNS DE NÓS CHORARAM AO VER FECHAR A «REPÚBLICA»

O que se verificou no jornal «República» foi uma acção de dupla estratégia e um único objectivo: neutralizar o jornal. O plano, diga-se de passagem, foi bastante bem concebido. Aparentemente, nada o poderia fazer falhar, pois qualquer que fosse a evolução do processo, tal como fora encaminhado, iria «inevitavelmente» de escambiar no objectivo essencial que era fazer calar uma voz dissonante, na orquestra quase totalmente afinada a uma única voz da imprensa portuguesa.

ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA

Só que a inevitabilidade em futurologia tem os seus desaires. Momentaneamente, embora, foi conseguido o objectivo em causa: calar a «República» através da sua paralização. Foi, porém, uma semi-vitória, a dos desencadeadores do processo, que não poderão deixar de ser responsabilizados pela precaridade de emprego a que lançaram duzentos trabalhadores. E neste momento em que soma a mais de quinhentos os tipógrafos de desemprego, em que o total de desempregados vai para além dos 216 000, não deixa de ser extremamente grave por em risco quem quer que seja de poder exercer o seu direito ao trabalho.

Uma coisa é o avanço legítimo e necessário dos trabalhadores, contra o capital, para acabar com a propriedade privada dos bens de produção, outra as manobras aventureiristas, que não servem nem a Revolução, nem a libertação das classes trabalhadoras. Na «República» não havia, confirmou-o o jornal-pirata de 19 de Maio, a oposi-

ção do capital ao trabalho, já que não era posta em causa a administração do jornal. Não se tratava de uma luta de classes. Não era um conflito de trabalho. Estava em causa, segundo a Comissão Coordenadora, a orientação ideológica. Era essa que alguns trabalhadores queriam alterar, suprimindo a direcção e a chefia, elementos que em principio dão o «tom» ao jornal.

AO LADO DOS TRABALHADORES

Mas o «tom» que fez a «República» não é de hoje, não é tão pouco de 26 de Abril. A sua linha socialista firmou-se através dos terríveis anos do fascismo. Foi sempre um jornal da oposição, com uma visão pluralista dos problemas. Não estava, nunca esteve, directamente vinculado a um partido. Teria afinidades com o Partido Socialista, mas isso não obrigou nunca nenhum redactor a escrever o seu panegírico ou a cumprir palavras de ordem. A prova é que até há bem pouco trabalhavam na Redacção 14 jornalistas comunistas, que se não defendiam melhor as suas ideias era por desinteresse, quiçá por incapacidade, nunca porque os seus escritos de opinião tivessem sido recusados. Pois esses 14 jornalistas saíram, após, durante os últimos meses, terem boicotado o trabalho da Redacção, quer faltando assiduamente quer não cumprindo o horário de trabalho para ocupar postos no «Diário de Notícias». Fazendo-o colectivamente ou quase, deram mais um golpe para prejudicar a face do jornal em relação à opinião pública. A sua saída foi ainda uma chicotada moral para

os seus camaradas comunistas dos outros sectores, que não os apoiaram na devida altura no avanço tentado para o controlo do jornal. E as chicotadas morais também servem para desencadear processos, principalmente, porém, foi ultrapassada das por moções de censura «pela demasiada brandura» demonstrada.

Há nesta altura então uma pressão para obrigar a definir o jornal como órgão do PS. Esta é uma forma subtil de retirar força a um órgão de informação, que se quis sempre desvinculado de partidos. Rapidamente, porém foi ultrapassada esta etapa. A seguinte foi a prova de força, a luta directa pela tentativa de minimização da vocação em curso de um jornal, que sempre esteve do lado dos trabalhadores e sempre foi

de linha socialista. Os argumentos avançados pelos líderes do movimento não contradiziam a linha seguida pelo jornal. Este estava de facto ao serviço das classes trabalhadoras; o conjunto dos seus trabalhadores-jornalistas, socialistas e independentes, sempre provaram estar ao lado dos trabalhadores.

APOIAR A REVOLUÇÃO

Por isso, nesse dia e noite memoráveis, os jornalistas, que também são trabalhadores, sofreram por se verem envolvidos numa luta contra outros trabalhadores, os seus camaradas de trabalho, que se lhes opunham agressivamente.

Nós jornalistas queríamos chegar a uma conciliação que não pusesse, porém, em causa a

(Conclui na pág. 6)

Da antiga e perigosa luta à triste desilusão de hoje

Recordamos os tempos em que o «República» era encerrado com escárnio e brutal acção pela P.D.E., três, quatro ou mais dias a mandado do Governo fascista e terrorista de Salazar. Eram ataques periódicos à liberdade de expressão cujo embate todos nós, os do «República», de então, a partir de 1930, enfrentávamos com estoicismo esperançoso pareado com uma fé inquebrantável no surgir da Revolução. Vieram, depois, os assaltos e as destruições caóticas da fúria da Inquerição Legião, mas a tudo resistíamos numa união perfeita de combate ao terrorismo criador de ambientes que tornavam perigoso ser do «República», escrever no «República», estar no «República». Agora que a Liberdade surgiu chegaram também os singulares fabricantes de muitos estranhos e perturbadores. Tolhe-nos uma indignível tristeza repassada de angústia vendo encerrado o único jornal da oposição ao fascismo durante o largo e opressor reinado da U. N. e da A. N. P.. Tantos e tantos anos de esperança na trincheira da Liberdade para quê? Desemilho parte quê e com que fim? Quem manda desunir e quem são os verdadeiros divisionistas? Valeu a pena, afinal, a longa, persistente e perigosa luta para esta triste desilusão?

A. A.

OS LEITORES E OS JORNAIS

Um jornal — temo-lo dito repetidas vezes — pertence essencialmente aos seus leitores. Quem compra quotidianamente um jornal, quem faz do acto de comprá-lo uma escolha e uma opção, fundamentada e lúcida, não pode ficar à mercê de uma qualquer reunião geral de trabalhadores que decida, em dada altura e inopinadamente, modificar a sua orientação ideológica.

Por definição, a redacção de um órgão de informação é sempre minoritária em relação aos quadros administrativo e técnico. Mas, por definição também, os leitores dum jornal são sempre largamente maioritários em relação aos trabalhadores da empresa proprietária do jornal. E é, pois, aos interesses e à vontade do povo, que temos de atender.

«República» tinha — e tem um público que exige a continuidade do seu jornal, tal como era, com os mesmos homens que traçaram e defenderam, delessombreadamente, a sua linha independente (nenhum grupo capitalista, nenhuma intervenção estatal, mais de 3.000 accionistas que nunca receberam um centavo de dividendos), pluralista (nenhum jornal português concedeu mais espaço e tratou com maior objectividade a chamada, e mal tratada, extrema-

-esquerda) e socialista (defendendo intrinsecamente um socialismo em liberdade e recusando, com a mesma intransigência, qualquer espécie de ditadura e totalitarismo).

Os leitores de «República» não podem ficar à mercê das decisões flutuantes das R.G.T. Os leitores de «República», para quem o nome de Raul Rego é garantia imprescindível da autenticidade do seu jornal, não podem ser ludibriados com uma viragem conseguida através de votos, por mais sinceros que sejam, de gente que pretende deliberadamente contrariar e alterar a vontade expressa do público.

A Lei da Imprensa — tão denegrida depois do caso «República» — é muito clara sobre o desvio ideológico dos jornais. Permite aos jornalistas a exigência de uma indemnização quando tal desvio se comprova. Essa disposição, porém, não contempla os quadros técnicos que, na mesma linha de raciocínio, não podem igualmente incorrer em responsabilidade criminal. Esta impende apenas — tal como a orientação do jornal — sobre a direcção e o conselho de Redacção.

Depois do caso «República», a Lei de Imprensa — que foi elaborada por uma equipa largamente representativa, que foi

amplamente discutida pelo povo português, que não mereceu reparos nem aos partidos políticos nem ao Sindicato dos Jornalistas — depois do caso «República», a Lei da Imprensa foi subitamente — mas não inexplicavelmente — torpedeada. E repetimos: subitamente, mas não inexplicavelmente... E acontece, até, que um membro do Conselho da Revolução, ao receber representantes do jornal «República», afirmou peremptoriamente que, a ele, não interessavam as leis. Para que perder tempo a fazê-las, então?...

Nós não somos legalistas, mas somos decididamente por um país em que existam leis democráticas que assegurem, inequivocamente, as liberdades fundamentais dos cidadãos. E entre essas liberdades, reputamos primordial a existência de um jornal independente, pluralista e socialista — reputamos essencial e inadiável a continuidade de uma «República» livre.

É CÁ UMA TEIMA

Durante os incidentes que levaram ao encerramento da «República» e em comunicados posteriores contra a posição assumida pela Redacção, verifica-se o uso e abuso do termo «trabalhadores» em oposição a «jornalistas».

Aliás, camaradas de alguns anos que exerciam as suas funções na tipografia fizeram-me saber, naquele triste dia 19, que eram trabalhadores e eu não (!).

Ainda hoje não percebo a discriminação, porque sempre vivi do meu trabalho e assim terei de continuar até ao fim da vida. Acontece até, no caso da «República», que grande parte dos meus camaradas tipógrafos auferiam salários superiores aos redactores. E acontece também que nunca testemunhei quaisquer diferenças de tratamento pelo facto de nos escreverem e outros comporem ou paginarem o nosso jornal.

Pensava eu — ingenuamente — que éramos todos trabalhadores e que estávamos ali, na velha casa da Rua da Misericórdia, para ajudar a construir um país livre e justo, onde cada um respeitava o trabalho do outro, e todos respeitávamos o povo-leitor e a sua vontade.

Talvez ingenuamente continuo a pensar que assim é que deve ser. E atrevo-me a teimar: também sou trabalhador.

Será esta teima «contra-revolucionária»?

ÁLVARO GUERRA

Manuela de Azevedo contra o assalto ao jornal «República»

Da escritora e nossa camarada jornalista Manuela de Azevedo recebemos o pedido de publicação de uma carta enviada a Alvaro Belo Marques, no próprio dia do encerramento da «República». Fazêmo-lo gostosamente, até porque se trata de um documento muito significativo.

«Ex.º» Senhor Alvaro Belo Marques:

Com natural espanto e indignação, acabo de ver publicada, hoje, no jornal «República», a resposta a um inquérito enviado por mim à Redacção, a convite do meu camarada João Gomes,

Responsável por sua publicação só o podia ser o meu camarada e amigo Raul Rego, cujo exemplo de democrata e lutador, com prisões e enxovalhos às mãos da PIDE, é para mim garantia de que «República» constitui a única voz livre e honrada do passado, defensora das liberdades civis e de formas de repressão.

O assalto praticado contra o velho baluarte da Democracia leva-me a dizer-lhe, sr. Belo Marques, que não pactuo com ele nem podia autorizar a publicação da resposta ao referido inquérito, sob a irresponsabilidade de quem não recua perante actos de terrorismo, vejo agora, pelo apa-

rato bílico que rodela a sede do jornal, com o assentimento ou protecção das Forças Armadas. Protesto, pois. Não pactuo com ditaduras burlescas da esquerda, como não pactuei com as da Direita. Somos — sou — a opinião de 2 milhões e 500 mil portugueses. Por isso exijo que esta carta de protesto seja publicada — se é que a lei da Imprensa, neste momento atropelada, pode ainda ser invocada, como salvaguarda da dignidade do escritor, como salvaguarda dos direitos democráticos.

Subscreevo-me,

Manuela de Azevedo»

A BATALHA DA INFORMAÇÃO

(Conclusão da 1.ª pág.)

grupo sobre a comunidade inteira.

O povo só se informa em liberdade, a voz aberta a todas as doutrinas e os ouvidos atentos a todos os ventos venham eles do Oriente ou do Ocidente. O dirigismo monopolista nada teme mais do que essa liberdade de ouvir falar e de falar, de se poder informar. É a maior das batalhas do homem e aquela que fez mais mártires e encontrou defensores mais intransigentes. Prende-se a informação livre com a consciência humana e a sua responsabilidade; e o homem só é responsável na medida em que é livre, em que pode optar pela sua verdade.

«República» defende mais uma vez o direito a informar-se livremente e com igual liberdade in-

formar os seus leitores. Ficaram-lhe muitas cicatrizes das lutas travadas contra todas as ditaduras, nesse campo de batalha que é o da informação. Se o combate que trava hoje atrai as atenções de todo o mundo, isso deve-se simplesmente à nobreza da causa que defende e não deixará cair por terra custe o que custar. Somos contra as censuras, somos contra as manipulações da imprensa venham elas de onde vierem.

Parece-nos que é esta a melhor maneira de servir o povo português cujos representantes livremente escolhidos se reuniram pela primeira vez para elaborar a constituição que tem de ser a carta fundamental das liberdades portuguesas. É a maior de todas elas a de se sentir livre e livremente se informa».



Tal como se previa, as vendas do nosso jornal têm registado recordes. Numa grande demonstração de interesse e de identificação com a nossa luta, dezenas de milhares de portugueses aguardam, diariamente, as novidades que lhes levamos através do «Jornal do Caso República».

O «Milagre Belo Marques» ou as venturas e desventuras do homem do «Marketing»

No número anterior do «Jornal do Caso República», falámos já das afirmações do sr. Alvaro «Belo» Marques, registadas no «Expresso» de sábado. Não é a importância do depoimento, mas apenas a sua extensão, que nos leva hoje a voltar ao assunto.

Da referida entrevista do sr. A. «B.» M., salientamos a seguinte passagem:

«Em 25 de Janeiro, apresentei à administração e aos órgãos de cúpula da redacção, um extenso relatório no qual se alvitrava a necessidade imperiosa de reformular o jornal. De boas intenções estávamos nós animados. Mas todas elas se esborravam contra a atitude pertidamente (!) avessa a qualquer tipo de reformulações demonstrada pelos senhores que mais força tinham (pelo menos na aparência) dentro do jornal.»

Começemos por dizer que a «cúpula da Redacção» era, nessa data, constituída por elementos que, com outros, abandonaram posteriormente o jornal, no movimento concertado tendente a isolar os redactores não pécipistas e, assim, a tornar mais plausíveis as acusações de partidarismo feitas a «República». Acrescente-se que essa «cúpula da redacção» deu provas, durante os meses em que actuou, da mais absoluta incompetência ou, talvez mais exactamente, da mais firme determinação em sabotar a qualidade do jornal.

Não cremos, no entanto, que a chefia de Redacção que, cerca de um mês mais tarde, entrou em funções, verdadeiramente interessada na melhoria do jornal, tivesse muito a ganhar se desse ouvidos aos relatórios do sr. A. «B.» M. A verdade é que o sr. A. «B.» M. de jornalismo não percebe nada. O sr. A. «B.» M. é todo ele um «bluff». Deu disso sobejas provas com as críticas balofas, demagógicas e petulantemente que fazia à Redacção, tentando empurrar para ela as culpas da sua incapacidade de gestão de um jornal nas condições iniciadas com o 25 de Abril.

O sr. A. «B.» M., a par de um inegável esforço dispendido inicialmente para dinamização do sector comercial de «República», também não poupou energias no auto-elogio e no encarecimento do seu papel. Com a ajuda de alguns ingénuos e de muitos bem intencionados, o sr. «Belo» Marques foi o principal construtor e divulgador do mito Belo Marques — do milagre Belo Marques, da convicção de muitos trabalhadores de que sem ele, «República» não teria subido à superfície do equilíbrio

e económico e que, com a sua saída, se afundaria.

Que foi, afinal, o «milagre Belo Marques»?

Antes de mais, não foi um milagre, pelo menos para a «República». Teria sido, talvez, para o sr. A. «B.» M. Foi muito menor a sorte da «República» em encontrar um dos milhares de «Belos» Marques que por este país existem e que fariam exactamente o que ele fez, do que a sorte de um desses milhares a quem foi oferecida, de bandeja, a mina inexplorada de uma «República» carregada de tradições democráticas, no momento em que, com o acesso de Raul Rego à direcção, com a chefia de Redacção entregue a Vitor Direito, com o rejuvenescimento e valorização do corpo redactorial, com o propósito de um grupo de socialistas de prestar desinteressadamente o apoio económico necessário, saía do seu imobilismo e adquiria os meios humanos e materiais indispensáveis para corresponder aos desejos de largo sector do público, interessado num jornal que ocupasse todo o terreno deixado livre pela censura e se esforçasse por alargá-lo diariamente.

Neste contexto, o aumento de tiragem era espontâneo. A. «B.» M., investido nas funções de director comercial, voltou-se para a publicidade, considerada o flutuador principal da economia de um jornal, na sociedade capitalista de antes do 25 de Abril de 1974. Ex-publicitário, sabia bem qual o caminho mais fácil: conquistar as simpatias, por vezes dispendiosas, dos que detinham o poder de decisão sobre a distribuição das campanhas mais importantes.

Com o 25 de Abril, foi-se gradualmente afundando o que era o flutuador publicitário dos jornais. A. «B.» M. sentiu em perigo o seu mito. Assim, o jornal não lhe servia. Assim, o País não lhe servia. Ele é um homem «ideologicamente» reduzido ao «marketing», ao «como saber vender», à «imagem de marca». Enfim, um homem da sociedade de consumo, nunca um homem de uma sociedade socialista, embora sempre pronto a qualquer aliança oportuna com forças ditas «verdadeiramente» socialistas.

Por isso, A. «B.» M. resolve ir para a Holanda. Sai do jornal. Não aceita voltar quando, segundo ele conta ao «Expresso», «cinco elementos da C.C.T. procuraram-me e expuseram-me, com a máxima franqueza, as perspectivas de crise acentuada com a minha saída». Mas volta atrás com essa decisão quando, umas horas mais tarde, segundo ainda

as suas palavras, «toda a C.C.T. se me apresentou e, então, colocou-me o problema de maneira completamente distinta, isto é, em vez de me pedir para ficar, exigiu que eu ficasse». Reconsiderou aí A. «B.» M. porque, embora isso não diga ao «Expresso», a C.C.T. lhe ofereceu o cargo de director. Já valia a pena. Para A. «B.» M., que de nada percebe para além do «marketing», mas que tem toda a auto-suficiência e segurança dos ignorantes, ser director de um jornal era um papel que facilmente desempenharia, tirando para outro a responsabilidade de problemas administrativos que, na situação actual, julga insuperáveis.

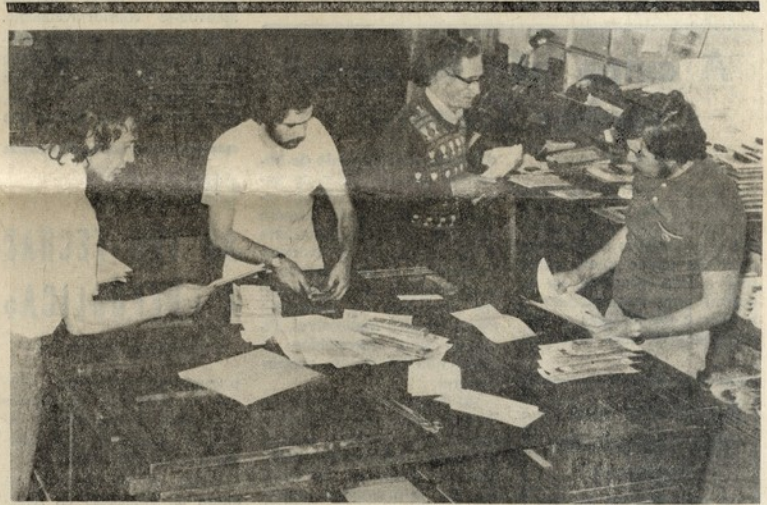
A. «B.» M. é um homem de «marketing». Ele próprio se define dizendo que **uma prospecção do mercado, efectuada por uma empresa especializada, demonstrava, com**

rigor (!) incluir-se a apparatus quebra de vendas do jornal do seu mercado partidarismo». Mas é, além disso, um homem para quem os números são subjectivos. Para ele e, pelos vistos, também para a sua «empresa especializada» em estudos de mercado, A. «B.» M. afirmou e essa enormidade quando posto diante das suas próprias contradições e da sua demagogia de incapaz ou de terrorista apostado no boicote do jornal. A «empresa especializada» deu-lhe razão, objectivando números no campo subjectivo das suas hipóteses, na subjectivação das realidades objectivas que tornavam a «quebra aparatosa» das vendas do jornal a menos sensível relativamente ao que se verificava nos outros jornais. Objectivamente, tratavam-se, todas elas, de quebras numa época de «ponto morto político»,

referenciadas a um período agitado em que o público leitor satisfizes sufregamente a sua fome de uma imprensa sem censura. Tratava-se, também, de quebras originadas pelo aumento sensível do preço dos jornais.

Mas o que torna ridículo é o tirador da manga de A. «B.» M. do tal estudo de mercado «especializado», é saber-se agora que, após umas eleições que, pelo menos como estudo de mercado, ninguém se lembrará de minimizar, as inclinações pró-P.S. de que A. «B.» M. acusa a «República» e diz serem raiz da sua futura desgraça, correspondem aos desejos de quase dois milhões e meio de leitores potenciais.

Que diria A. «B.» M. se «República» se inclinasse pró-M.D.P. ou pró-C.D.S. que, para o caso presente, não fazem diferença?



A todo o gás na «GAZETA DO SUL»



Sem desfalecimentos, os nossos camaradas da «Gazeta do Sul» têm-se ocupado com inequívoca dedicação da feita do «Jornal do Caso República». Para eles, a tão apregoada «batalha da produção» ultrapassa em muito os meros «slogans»: ganha-se na prática diária, por entre o barulho das máquinas e o cheiro do chumbo. O trabalho tem-se sucedido num ritmo febril nestas oficinas, no sentido de «pôr na rua», no mais curto espaço de tempo, cada nova edição do «Jornal do Caso República». Na gravura, dois aspectos da feita do segundo número do nosso jornal.

NO "PAÍS MAIS LIVRE DA EUROPA"

o Jornal da Resistência continua amordaçado

Passaram já duas semanas sobre um dos dias mais tristes da história da Imprensa em Portugal — o dia do encerramento da «República».

A interrupção da publicação de um jornal é, em qualquer parte do mundo, um facto de grande importância que tem normalmente repercussões em todas as latitudes. Quando isso acontece, hoje, em Portugal, e esse jornal é a «República» o caso assume uma gravidade que só pode espantar aqueles que não fazem uma ideia clara do papel da informação ou pretendem moldá-la segundo conceitos monolíticos.

A «República» é o jornal português de maior prestígio no estrangeiro. Conhecida como baluarte anti-fascista da palavra escrita, durante o período da ditadura salazarista e caetanista, «República» é respeitada por todos os jornalistas progressistas do mundo como um sim-

bolo de resistência à repressão ideológica e artística.

Na verdade, para além dos traços ignominiosos do lápis dos censores, quase todos aqueles que, ao longo dos anos, escreveram na «República» conheceram as prisões fascistas, as perseguições constantes, o exílio.

Se silenciar o jornal da resistência teria sido um crime, no tempo de Salazar e Caetano, fazê-lo agora será talvez apenas um «equivoco». ... E isto porque alguns responsáveis acreditam que vivemos no «país mais livre da Europa». Conventamos porém, que este «equivoco» é extremamente perigoso, e as consequências internas e externas que determina assumem iniludível gravidade.

E OS LEITORES?

Os sectores que procuram conquistar o exclusivo da Revo-

lução e defendem demagogicamente a intervenção dos trabalhadores na elaboração do conteúdo da nossa «República», nunca falaram até agora nos interesses dos nossos leitores e no seu direito à participação na definição desse conteúdo, antes procurando impôr-lhes os dogmas que esgrimem no seu assalto ao poder.

Ora a «República» não poderia, após o 25 de Abril, trair as suas tradições de jornal pluralista, aberto, independente e em luta pelas liberdades fundamentais.

Os nossos leitores provaram — e estão a provar, agora, através do seu apoio concreto — que o jornal que estávamos a fazer, nestes últimos meses, era o jornal que eles pretendiam, o jornal que lhes transmitia a sensação de viverem realmente num país livre. Sem ele, a «monotonia» da nossa imprensa agravou-se consideravelmente.

Os jornalistas da «República», ao defenderem firmemente a independência e a liberdade de expressão do nosso jornal, demonstraram com clareza que

respeitam quem mais direitos tem na «República»: o povo português, que a lê.

CONTRA A «MONOTONIA» DA INFORMAÇÃO

É do domínio público que a informação se caracteriza hoje em Portugal por uma tendência geral coincidente com os interesses do P.C.P.

A Rádio e a Televisão (que lentamente vai substituindo a influência do imperialismo americano pela do imperialismo soviético, sucedendo-se a inclusão de filmes e séries produzidos na URSS e outros países de Leste), quer na programação geral, quer (principalmente) nos noticiários, justificam a classificação de «monótonas» pela forma como orientam a mensagem veiculada ao público. Na Imprensa diária os casos mais nítidos de partidarismo — «Diário de Notícias», «Século», «Diário de Lisboa» — verificam-se em jornais financiados pelo Estado.

O pluralismo das opiniões encontra-se ameaçado, bem como a informação completa e imparcial (acontece já com frequência que se escamoteiam telegramas do estrangeiro ou se deturpa o seu sentido).

Por tudo isto, e não só pelo pesado encargo que representa para o Estado a herança de uma Imprensa com vícios antigos, se justificam as palavras do ministro Correia Jesuino: «...toda essa imprensa herdada, traz consigo uma herança muito pesada que é um pouco o símbolo de toda a vida portuguesa, que é o passivo.»

A «República» é das poucas excepções, e escapa a este quadro pouco brilhante. Por isso mesmo não poderá permanecer calada. Qualquer que seja a solução que permita o seu reaparecimento, ter-se-á que respeitar acima de tudo o equilíbrio das várias opiniões e a vontade de quem mais direitos tem sobre o jornal da resistência: os seus leitores, que são do povo e portugueses.

A culpa não foi nossa senhor General

(Conclusão da 1.ª pág.)

foi nossa, senhor general. Não fomos nós, os trabalhadores da direcção e da redacção quem iniciámos o processo, nem tão pouco quem escolheu a data (vésperas da cimeira) para desencadear o assalto à «República». A responsabilidade será, isso sim,

da noção de liberdade de Imprensa que há muito se enraizou em todo o Mundo civilizado, onde cada homem defende intransigentemente o seu direito de se exprimir livremente e está pronto a solidarizar-se com quem sofre atropelos no exercício desse direito inalienável. Ficamos pois entendiados: a culpa não foi nossa, senhor general.

Ao chegar ao aeroporto da Portela, entre outras considerações que produziu acerca do «caso República», algumas das quais, por deficiência de informações certas, não correspondem à realidade do problema, o senhor general Vasco Gonçalves afirmou que aquele fora «aproveitado para se dizer que estava em perigo a liberdade de Imprensa em Portugal» e acrescentou: «Ora como é que pode estar em perigo a liberdade de Imprensa se a nossa Lei de Imprensa não receia comparações com as de todos os países do mundo ocidental?» Aqui, estamos de acordo, senhor general: o que é preciso, portanto, é fazer cumprir a Lei. E os problemas, cá dentro e no estrangeiro, deixarão certamente de existir.

CHORAMOS AO VER FECHAR A «REPÚBLICA»

(Conclusão na pág. 3)

permanência da direcção no jornal. Ao defendê-la, defendíamos a liberdade de expressão, o direito do público a uma informação completa e crítica.

Alguns de nós chorámos na altura da evacuação da República. Sentíamos que alguma coisa se perdera e nada nos garantia, a não ser a nossa firme determinação em lutar, de que essa perda não seria definitiva. A República ficou calada. Não venciara a batalha pelo controle ideológico da República, mas o jornal ficava silenciado. Daí todo o nosso esforço para fazer chegar às vossas mãos este «Jornal do Caso República», apesar dos boicotes. E firme a nossa esperança de que em breve estaremos com os leitores a dar-lhes o jornal a que se habituaram, na linha de sempre, a apoiar os trabalhadores, a apoiar a Revolução.

AOS CAMARADAS DO LADO DE LÁ

Dirijo-me aos camaradas que, de momento, não estão conhecidos — os mesmos com quem, terminado este processo lamentável, iremos de novo trabalhar, lado a lado, retomando a luta de todos os dias em prol de um «República» saído a tempo, e no tempo.

Quero afirmar, amigos, e desde já, que o facto de me encontrar do lado da barricada oposto ao vosso, não significa estar contra vós. Vou mesmo mais longe. Na hora de optar, optei, fui em consciência. Depois de reflectir profundamente. Após um esforço na tentativa de não introduzir na equação sentimentos pessoais ou quaisquer factores subjectivos. Sentimentalmente, talvez eu tenha pena do resultado a que cheguei; talvez eu tenha pena de não ter ficado no outro lado da barricada, cedendo a imperativos de amizade e de consideração por tantos de vós. Mas quis não ceder a nada. Nem a mim próprio. E aqui fiquei, exclusivamente movido pelas razões que a razão me apontou.

Em casos como este, há os que desencadeiam a crise — perfeitamente conscientes do que fazem e dos objectivos com que o fazem — e os outros. Uns, poucos; os outros, muitos. Há sempre quem artificialmente manobre e quem inconscientemente se deixe manobrar. Todos o sabemos. Todos o aprendemos e continua(re)mos a aprender.

Um dia saberei — saberemos — muitas coisas. Um dia, talvez breve, saberei — saberemos — por exemplo, o que pensam os homens do M.F.A. empenhados nas magníficas jornadas de dinamização que tive ensejo de seguir. O que pensam eles deste processo e quais os dados do processo eventualmente todo um caciquismo que eles tanto combateram. E caciquismo — escondido sob a capa da Revolução ou confessado em favor da reacção — é sempre caciquismo, sempre manipulação, sempre o desvirtuar da verdade visando objectivos a que se muda o rótulo.

Não quero argumentar. Não quero expor razões. Tenho as minhas. Terei as vossas. E é bem possível que, quando meditadas, elas se encontrem. Com tudo isto, camaradas, apenas um apelo. Não o de que abandonem o lado da barricada que a consciência vos ditar — mas o de que interroguem a vossa consciência (e só a vossa) por forma a que o lado da barricada corresponda, de facto, àquele que a razão, e se ela, vos apontar. Sem medo. Ou, se preferem, com muito medo... de o ter.

CARLOS SOARES

Apoio da União dos jornalistas ingleses

A União Nacional dos Jornalistas de Londres, que agrupa 30 mil jornalistas britânicos e irlandeses, enviou-nos uma carta de solidariedade, em que «exprime a sua inquietação pelos recentes acontecimentos em Portugal, que afectam gravemente a liberdade de Imprensa, que se não coadunam com a esperança de restauração da liberdade, tão aplaudida internacionalmente em 25/Abril de 1974».

Aquele organismo nacional de jornalistas enviaram, entretanto, telegrama do mesmo teor ao Presidente da República Portuguesa.

Continuamos a receber donativos

São muitos — e alguns de importâncias consideráveis — os donativos que diariamente têm chegado à nossa sede, na Rua da Emenda, 13, 3.ª, em Lisboa. A somar à lista publicada no nosso segundo número há já um rol de nomes que estamos a ordenar e daremos à estampa na nossa próxima edição. Entre eles

figuram dois que já hoje queremos adiantar — o de J. S., um deficiente das Forças Armadas e o do casal Mjkleburst, noruegueses que estão a trabalhar em Portugal e que nos dizem: «Podemos não perceber da vossa política, mas somos pela liberdade de expressão».

**DÁ LICENÇA,
SR. ALMIRANTE?**

Perdoe-me, sr. Almirante aquilo que poderá talvez considerar um despropósito da minha parte. Quem escreve estas linhas teve já uma vez o ta-ber-ta aberta a Salazar, muito mutiladinha, muito esfaqueadinha pela censura, mas que, mesmo assim, dei à estampa na «República» por alturas das eleições de Norton de Matos. Seria V. Ex. nesse tempo, quando muito guarda-marinha. Passei por várias prisões políticas e trabalhei na «República» há quase trinta anos. Jornalista sem pretensões tenho-o até sido mais como político do que como jornalista, e, neste campo, as colunas do jornal são disso testemunho. Sim-to-me, por esta circunstância, encorajado a levar ao sr. Almirante este bilhete postal.

Começo por dizer que aprecio em V. Ex., entre outras, duas qualidades — a de espontaneidade no falar e a de bondade que transparece no seu sorriso franco. Tenho, por esse motivo, a maior consideração pelo sr. Almirante. V. Ex. reflete também, nas suas afirmações públicas um espírito de sinceridade que muito o enobrece.

V. Ex. tem confessado a sua pouca experiência em política, o que não admira em alguns oficiais formados e outros nascidos durante o mal-fadado regime que nos fez a todos os cabelos brancos.

O sr. Almirante até tem dito, pitorescamente que, de política só conhece o a b c. Atribuo a essa razão as singulares declarações que V. Ex. fez recentemente ao «Quotidien de Paris», segundo as quais o caso «República» foi um «pequeno incidente» aumentado na Imprensa Internacional «pelo P. S.» que assim «traiu de algum modo o país» (sic).

«Pequeno incidente», sr. Almirante, é esse o de tentar reduzir ao silêncio ou monocordizar um jornal como «República»?

Crime, sr. Almirante, defender «República», com ardo, daqueles que, violando as leis da Revolução, pretendem abusar a livre expressão do pensamento?

É que V. Ex., sr. Almirante, não sabe ou não lhe interessa saber o que está por detrás do que aconteceu na «República», com o comandante das operações a levar na carroça os inéptos e inconscientes.

Se o sr. Almirante vir alguma vez «República» ao longo do regime fascista decerto sabe que ela foi o único arauto da liberdade, apesar de violentada e vilipendiada, durante a triste noite do salazarismo-caetanoismo. Nunca a minha voz se calou perante a Censura protestando diariamente contra a prepotência do lápis azul. Foi o único jornal censurado por ocasião do assalto ao Santa Maria, por um comando de Henrique Galvão, acocentimento que tanto rouu os miolos aos fascistas. E foi também «República» o único jornal que não foi mandado à Censura no dia 25 de Abril, ainda antes de alcançada a vitória do movimento militar revolucionário.

Termino sr. Almirante pedindo-lhe licença para mais uma pergunta: Avalia V. Ex. a extensão da ofensa feita aos milhares de leitores de «República» (e não só) ao povo português, ao quererem apoderar-se do bolo?

A existência de «República» tem sido um sudário de perseguições fascistas, de derrotas e também de sucessos. A tudo sobreviveu até hoje.

Recusamo-nos a acreditar que «República» possa ser agora apunhalada sob os pretextos falaciosos dos seus adversários.

A. M. M.

Estamos todos a pagar os jornais nacionalizados

O ministro da Comunicação Social, comandante Correia Jesuino, em reunião com representantes dos órgãos de Informação de Évora, fez importantes declarações sobre a situação actual da Imprensa portuguesa.

Destacamos:

«Com a nacionalização da Banca, nós herdamos uma série de jornais. Quer dizer: nós não nacionalizámos a Banca para ter os jornais, eles é que nos apareceram como consequência daquela nacionalização. Portanto, com raríssimas excepções, aliás, são conhecidas: é a «República», «O Primeiro de Janeiro», do Porto, «O Expresso», «Jornal Novo» e «Tempo» — a restante Imprensa é uma Imprensa que se acha automaticamente nacionalizada pelo facto de a Banca o ter sido. Mas toda essa Imprensa herdada, traz consigo uma herança muito pesada que é um pouco o símbolo de toda a vida portuguesa, que é o passivo.

«Todos esses jornais têm às costas um passivo de milhares e milhares de contos. Se não estou em erro, O SECULO tem um passivo de 250 mil contos, e «A Capital» orça também por um

passivo desta natureza. Quer dizer, «A Capital» tem uma dívida ao Banco Espírito Santo, da ordem dos 220 mil contos.

«São situações muito graves, tanto mais que os jornais na sua vida quotidiana perdem dinheiro. Neste momento, era mais económico nós pagarmos os vencimentos a todos os trabalhadores da Informação e que eles estivessem em casa, não saindo os jornais. O Estado perdia menos dinheiro do que pelo facto dos jornais saírem. Esta situação é uma situação grave e há evidentemente, que tomar medidas.»

Sendo a «República» — como muito bem diz o ministro — uma das excepções à «pesada herança», é preciso restituí-lhe a voz rapidamente. O silêncio da «República» aumenta a «monotonia» e em nada reduz os encargos que a «outra» Imprensa representa para o Estado, isto é, para o povo português.

350 000 CONTOS DE DIVIDAS

Ascende a 350 mil contos, segundo o «Expresso», a dívida ao Estado, através dos bancos nacionalizados, de grande parte dos

jornais diários portugueses — de todos aqueles que, em maior ou menor grau, definem essa «monotonia», entretanto uma campanha de propaganda que defende interesses claramente sectários.

O dinheiro do Estado é dinheiro do povo. Os prejudicados somos, por isso, todos nós, enquanto que os benefícios colhem só aqueles que regem tão monocórdicamente as vozes da informação portuguesa.

A "DURA VIGILÂNCIA" NO INTERIOR DE "REPÚBLICA"

Com o passar dos dias, começam a conhecer-se e a ampliar-se os conhecimentos da forma como se desenrolou o golpe-de-mão que culminou com a selagem da «República» e maneira como os acontecimentos foram calculados com antecedência, de modo a que, na hora zero, tudo funcionasse como se de uma engrenagem bem oleada se tratasse.

A meio da semana passada, os elementos representantes dos chamados trabalhadores reuniram 145 camaradas para uma R.G.T., cuja segurança foi garantida por dez outros «dados as tais duras condições de clandestinidade», etc., etc.

Aos menos avisados, a assembleia poderá surgir como uma manifestação espontânea de solidariedade. Contudo, dada a dispersão das moradas, teve que forçosamente haver um método de convocação dos trabalhadores, sabendo que apenas 93 deles assinaram o documento que pediu, em 19 de Maio, o afastamento da Direcção e da chefia da Redacção da «República». Aquí, entra, à medida, a tal capacidade de organização previamente montada. E de que modo Recordemos que nas noites de sábado (17) para domingo (18) e de domingo para a tristemente célebre segunda-feira, dia 19, foram montados, pela «equipa Belo Marques», piquetes de vigilância porque (diziam) havia o perigo de invasão das instalações por forças partidárias. No entanto, essas noites de dura vigilância (!) não foram desperdiçadas a olhar a rua e as horas foram, sim, completamente aproveitadas para os mais diversos fins. Um deles, sabemos agora, consistiu na cópia de tudo o que eram documentos importantes, arquivos, ficheiros, lista telefónica privada, etc. Já foi dito, mas não será de mais recordar, que também sem antecedência a própria telefonista fora «dispensada» de trabalhar no dia 19, dia em que o lugar foi ocupado por uma colega com uma certa queda para «pide» e que desempenhou o cargo a contento.

Estava, portanto, tudo bem orquestrado. De tal modo bem preparado que quando, no passado dia 30, foram pagos os ordenados dos dissidentes, um deles sabia exactamente o valor das verbas correspondentes a cada um, reactivos, descontos, etc., apesar das instalações dos serviços administrativos da «República» se encontrarem seladas desde o dia 20 de Maio.

O «puzzle» tinha que ser bem

montado, único modo da cabala «marquista» poder resultar em pleno. Fundamental, portanto, era o acesso a elementos básicos da vida administrativa do jornal. Por isso, eles foram copiados (ou retirados, quem o sabe?) a tempo e horas: nas duas noites de «dura» vigilância em que os elementos dos piquetes, embora tivessem afirmado que recebiam assaltos do exterior, se declararam a uma «vigilância» que tinha como objectivo alvos colocados bem no interior da sede do jornal.

O que explica e ajudará ainda a explicar muita coisa da traiçoera operação...

Georges Séguy está mal informado...

O sr. Georges Séguy, secretário-geral da C. G. T., parece pior informado sobre o caso «República» do que alguns núcleos daquela Central Sindical francesa que nos têm enviado mensagens de solidariedade.

Em declarações divulgadas pelo quotidiano «Le Monde», de 29 de Maio, G. Séguy, recém-chegado de Lisboa, afirma que «a «República» perdeu subitamente metade dos seus leitores». E isto porque, afirma Séguy, «República» «se tomou rapidamente em Portugal o quotidiano especializado no anticomunismo e no desprestígio, leia-se na calínia ao M.F.A.».

Não podemos deixar passar em claro esta calínia de Georges Séguy que certamente foi mal informado pelas suas companhias portuguesas.

Quando a peritagem à escrita da «República» envier concluída podemos enviar cópia das conclusões ao secretário-geral da C.G.T.

Quanto à interpretação do conteúdo do nosso jornal, os leitores sabem que ela é mais que deformada — é falsa.

O PADRE HASTINGS (que denunciou Wiriamu) ALERTA O M.F.A.

O padre Adrian Hastings escreveu, ao jornal londrino «Times», uma carta aberta sobre a situação portuguesa, que veio publicada na edição de 29 de Maio último.

O padre Hastings é um nome famoso em Portugal — e um nome respeitado pela coragem, pelo desassombro e pela coerência moral com que, durante o regime fascista, denunciou, a opinião pública nacional e internacional, os repugnantes massacres de Wiriamu, cometidos contra a população indígena.

Neste momento da vida portuguesa, em que a voz da «República» se encontra silenciada, o padre Adrian Hastings quis fazer uma advertência amigável aos homens que iniciaram a sua «mais esplendidamente humanas revoluções da História». Eis algumas passagens do texto da carta publicada no «Times»:

«Porque sempre simpatizei profundamente com todo o desenrolar da revolução portuguesa desde Abril de 1974 e porque, repetidas vezes, defendi a sinceridade, o bom senso e a cordialidade dos seus chefes militares, atacados por críticas apressadas e infundadas — seja-me permitido dizer a esses chefes, neste momento em que estão à beira de tomar decisões provavelmente irreversíveis:

«É perigoso exagerar a «legitimidade» que o Movimento das Forças Armadas adquiriu por direito da revolução, assim como é especioso exagerar a imaturidade política do povo português de modo a justificar a longa continuação do regime militar. Os senhores destituíram Caetano porque tinham as armas na mão. Mas estão a enganar-se a si próprios se pensam que isso vos dá uma garantia permanente para serem o porta-voz das massas da nação. Esse foi o vosso papel o ano passado, pode sê-lo hoje ainda, mas pode não o ser amanhã. O povo português ainda não deu provas de querer um regime militar semi-permanente nem um partido político único no estilo do Terceiro Mundo, o ramo civil do grupo militar, e, se os senhores se comprometem numa linha desse tipo, encontrar-se-ão, a

pouco e pouco, numa situação tão impopular e tão necessariamente tirânica como Salazar e o seu partido único, a União Nacional. Apesar das vossas boas intenções e das vossas reformas genuínas, os senhores teriam então provado ser os herdeiros e não os destruidores do fascismo.

E não esqueçam também o exemplo do Chile. Há já numerosos oficiais portugueses no exílio e há outros no país que alinham com eles. A preservação da revolução contra a contra-revolução depende finalmente de uma coisa — o apoio genuíno da maioria da nação. O Partido Socialista não aguentará um contra-golpe, nem o PPD. Mas se esses partidos forem levados para a oposição ou efectivamente silenciados, muitos dos seus adeptos podem fazer o mesmo. E 70 por cento da nação votou socialista, ou à sua direita, em Abril.

Se os senhores querem um golpe de direita, esta é a maneira de prepará-lo: minar os socialistas e o PPD, silenciar a «República» e o «Expresso» agudizar a imaturidade política do povo português, alienar o norte rural, a classe média, a Igreja. Que tragica conclusão seria essa para uma das mais esplendidamente humanas revoluções da História. — Adrian Hastings.

O Instituto Internacional de Imprensa pediu a Vasco Gonçalves a liberdade de expressão na R. R.

Segundo um telegrama da Reuter, difundido de Zurique, o Instituto Internacional de Imprensa (I.P.I.) telegrafou ao primeiro-ministro português Vasco Gonçalves, protestando contra a acção dos trabalhadores na estação portuguesa de rádio administrada pela Igreja católica.

O I.P.I. anunciou que o seu

director, Ernsset Meyer, pediu instantaneamente ao Governo português que defendia a liberdade de expressão na Rádio Renascença, cujas instalações e transmissor foram ocupados na terça-feira pelo seu pessoal esquerdista, pela terceira vez em três meses.

Os trabalhadores susten-

tam que a emissora tem seguido uma política reaccionária na sua programação, ao passo que a Igreja alega que o pessoal se serve da estação para difundir doutrina anticatólica.

Os trabalhadores ocuparam a rádio pela primeira vez em Fevereiro, evacuaram as instalações mais tarde, enquanto se travavam negociações entre as duas partes sob a égide do Ministério da Comunicação Social. Em Março, voltaram a ocupar por algum tempo a estação, interrompendo a sua greve quando do golpe reaccionário de 11 daquele mês.

No seu telegrama ao general Vasco Gonçalves, o Instituto declara: «O I.P.I. exorta o seu Governo a defender a liberdade de expressão na Rádio Renascença contra interferências e insiste no respeito pela lei portuguesa de Imprensa».

Não se registam progressos nas negociações que decorrem para a reabertura de «República»

Não se registou até agora qualquer avanço significativo nas negociações que a Administração e a Direcção da «República» mantêm com o Conselho da Revolução, no sentido de solucionar o diferendo que levou ao encerramento do jornal no dia 19 de Maio.

As exigências dos trabalhadores dissidentes mantêm-se e a Administração e Direcção da «República» — com quem a Redacção se

mantém solidária — considera não haver condições de trabalho e garantias de segurança que permitam o funcionamento normal do jornal.

As reuniões havidas, nos passados dias 31 de Maio e 2 do corrente, em que participaram o director Raul Rego, o administrador Gustavo Soromenho e o chefe de Redacção João Gomes, com membros do Conselho da Revolução, vão prosseguir — e todos nós esperamos que se registem resultados positivos.

O integral cumprimento da Lei de Imprensa tem o acordo do Conselho da Revolução. Mas os meios para assegurar esse cumprimento parecem frágeis.

Deste modo, os representantes legítimos da «República» recusam-se a aceitar a abertura do jornal, segundo condições ditas pelos trabalhadores dissidentes, condições que haveriam de gerar certamente situação idêntica à que se verificou no passado dia 19.

«O Comércio do Porto»

e «Jornal de Notícias»

«O Comércio do Porto» (121 anos) e o «Jornal de Notícias» (88 anos) festejaram ontem os seus aniversários. Por tal motivo, o corpo redactorial do «Jornal do Caso República» deixa aqui expressos os melhores votos, abarcando todos os camaradas que desenvolvem actividade nos dois matutinos portuenses.

Estranhos «Códigos» de Eduardo P.C. à luz de um Manual

Depois de lermos um artigo intitulado «Interdependências», inserido no jornal «A Capital», chegámos à conclusão que Eduardo Prado Coelho (o autor) virou agente. Poderá o leitor estranhar esta dedução. No entanto, Eduardo P.C. parece usar com tal mestria e tanto à vontade o método de decifração dos «códigos» da linguagem inserta no «República» que ele próprio, acaba de redigir em código isto é, Eduardo P.C. preocupou-se tanto com a análise da «política das palavras» da «República» que, ele próprio, não conseguiu sair da charada na penumbra construída.

De qualquer modo, tentando fa-

zer luz sobre o assunto, recorremos a um manual de decifração de «códigos» normalmente utilizados pela K.G.B., livro que recentemente encontramos, entre várias edições (recentes) de autores da U.R.S.S., numa livraria da capital. Quando o nosso cérebro ameaçava rebentar, depois de uma longa noite de pesquisa, o esforço foi compensado: a «chave»!

Assim, Eduardo P.C., brilhante, escreve que «no código P.S. ser independente é ser P.S.», para evitar dizer que «no código P.C. ser independente é ser P.C.U.S.»; isto é, dá a entender que «República» é dependente no código P.C.» para admitir, pressuroso, que o «Diário de Notícias» é independente.

Logo, «quem não é dependente e não é P.C. prefere ser dependente do P.C. a ser independente à maneira do P.S.». Certo, sr. Eduardo P.C.?

Quanto ao «código M.R.P.P. irrompendo nas páginas do «República» de Raul Rego» percebemos perfeitamente a alusão. De qualquer modo, os «chacais» uivam e os «vampiros» passam...

O PCF é o único Partido Comunista da Europa Ocidental a defender o PCP no «Caso República»

Círculos afectos aos socialistas e radicais de esquerda franceses interrogam-se, segundo um telegrama da France-Presse, sobre os motivos que levam o P. C. francês «a ser o único partido comunista ocidental a defender intransigentemente o P. C. P.», nomeadamente no «caso República».

O apoio do Partido Socialista e do Movimento dos Radicais de Esquerda ao Partido Comunista português face aos acontecimentos relacionados com o jornal «República», por um lado, e a intransigente defesa que o Partido Comunista Francês faz do seu homólogo português, por outro, «tornam-se um escolho» ao andamento das negociações para a «actualização» do programa comum unitário que liga os três referidos partidos franceses e que será reexaminado ainda este mês, em reunião das cúpulas das três organizações.

Acrescenta a «France-Presse»:

«Na opinião de observadores políticos, trata-se de um obstáculo sério à política unitária, mas que parece não ser insuperável. Na realidade, ninguém deseja cortar as ligações, mas cada um entende colocar-se numa posição de força na perspectiva de futuras conversações que incidirão, essencialmente, no problema das liberdades.»

As liberdades públicas são fundamentais para todos os cidadãos

— afirmou o prof. Henrique de Barros na abertura da Assembleia Constituinte

«Senhores deputados, nós e o futuro, a revolução e a história julgaremos impiedosamente a vossa capacidade de construir a obra grandiosa e difícil dum esquema constitucional capaz de gerir o período transitório desta revolução original em marcha rápida para o socialismo.» — afirmou o Presidente da República, durante o discurso que ontem pronunciou no acto inaugural da Assembleia Constituinte — a segunda assembleia constituinte eleita livremente pelo povo, desde a implantação da República, em 1910.

O general Costa Gomes disse ainda:

«Em nome dos mais humildes, das classes mais desfavorecidas, que desejam na luta do trabalho diário o avanço da nossa Revolução, vos peço que minimizeis os vossos interesses partidários, subordinando-os à consciência afinada pelos interesses maiores da Pátria e do Povo de Portugal. Esperamos de vós uma cons-

tituição com conceitos tão sólidos que garantam a estabilidade governamental do período transitório que pautará, mas que tais conceitos sejam tão amplos que não limitem o progressismo revolucionário do Povo e das suas Forças Armadas.

«Que no pluralismo das vossas opiniões saibais encontrar rapidamente as fórmulas superiores que garantam a unidade e a reconstrução nacional.»

Coube ao prof. Henrique de Barros, deputado do Partido Socialista e presidente interino da Assembleia Constituinte, agradecer a presença do Chefe do Estado e responder à sua saudação. Ao fazê-lo, Henrique de Barros acentuou, em dado passo: «As dívidas que via manifestarem-se, aqui e ali, de que as eleições prometidas no programa do MFA se realizassem e de que a Assembleia Constituinte se reunisse na data aprazada, essas dívidas não as senti eu nem por um só momento. Bastava-me,

para as dissipar, a garantia tantas vezes dada aos portugueses, sempre bem explicitamente, sem a menor ambiguidade, pelo General Francisco da Costa Gomes e os seus camaradas do MFA.»

Mais adiante, referindo-se à missão que aguarda os deputados, disse ser desejável «uma Constituição que se mostre capaz de conciliar o socialismo, no seu sentido genuíno, que é o da sociedade sem classes, conseguida através do domínio exercido pela colectividade dos trabalhadores sobre os grandes meios de produção, com a garantia das liberdades públicas, sem as quais o homem jamais se sentirá cidadão.»

A terminar, Henrique de Barros considerou: «A História, juiz implacável, dirá um dia se fomos ou não capazes de desempenhar cabalmente a missão que o eleitorado nos atribuiu, nessa grande e inesquecível joernada, cívica que foi o 25 de Abril de 1975.»

«O respeito da liberdade de Imprensa é o barómetro da liberdade geral»

— disse o Chanceler Schmidt a Vasco Gonçalves

Exprimindo a sua preocupação pelos acontecimentos que envolveram o nosso jornal, o chanceler da Alemanha Federal, Helmut Schmidt, disse ao primeiro ministro português, general Vasco Gonçalves, que «o respeito

da liberdade de imprensa é o barómetro da liberdade em geral».

Esta revelação é feita numa entrevista do secretário federal da Informação, Klaus Boelling, ao «Bild Zeitung»

citada pela «France-Presse». Boelling afirmou àquele

jornal: «Tomamos a sério o nosso voto de fornecer todo o auxílio possível às forças que lutam sinceramente por um Portugal democrático.»

JORNAL DO CASO REPÚBLICA

Proprietário: Gustavo Soromenho
Redacção e Administração: Rua da Emenda, 13-3. — Lisboa-2
Composto e Impresso na Empresa de Publicidade do Sul — Montijo.